

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.439.441 - SP (2019/0022808-5)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
AGRAVANTE : ELECTRONIC ARTS LTDA
ADVOGADOS : RICARDO BARRETTO FERREIRA DA SILVA - SP036710
PAULO MARCOS RODRIGUES BRANCHER - SP146221
DANIELLE CHIPRANSKI CAVALCANTE - SP292183
AGRAVANTE : OMAR CONSTANTE REIS SANTOS
ADVOGADOS : MARCEL GOMES BRAGANÇA RETTO - SP157553
LUCIANE ELIZABETH DE SOUSA BARROS - SP180867
AGRAVADO : OS MESMOS

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por OMAR CONSTANTE REIS SANTOS, de decisão que não admitiu o recurso especial fundamentado no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, contra acórdão assim ementado (fls. 2.454-2.455):

Ação de indenização - Uso de imagem de jogador de futebol em jogos eletrônicos Fifa Soccer e Fifa Manager - Cerceamento de defesa - Não configuração - Caberia a cada qual das partes instruir a primeira manifestação dos autos com documentos pertinentes às suas teses - Inexistência de justificativa para a pretendida juntada de documentos suplementares - Outras provas que não se mostram necessárias ao julgamento da causa - Julgamento antecipado devidamente fundamentado - Inépcia da inicial - Não caracterização - Documentos que instruem a inicial se mostram satisfatórios - Impossibilidade de se configurar cerceamento de defesa - Fato que se pretendia demonstrar com a juntada dos jogos aos autos, que é incontroverso, ou seja, que a imagem do autor (nome, características físicas, posição de jogo, etc etc) foi efetivamente utilizada nas edições referidas na inicial - Prescrição - Não verificação - Jogos que foram colocados no mercado para venda e ainda permanecem - Violação que se protraí no tempo - Supressio - Instituto incabível - Ausência de relação contratual entre as partes - Impossibilidade de exigir do autor a prática de ato de boa-fé no cumprimento de ajuste - Ausência de qualquer conduta que pudesse revelar a intenção do autor de não acionar a requerida - Demonstração, pela requerida, de que o Clube para o qual o autor cedeu seu direito de imagem autorizou a requerida a utilizar a imagem do autor na edição de 2014 até 2017 - Contrato firmado em agosto de 2013 - Indenização conferida ao Clube em relação às edições pretéritas de 2012 e 2013 - Regularidade - Inexistência de autorização pelo

autor ou pelo Clube em relação à edição de 2011 - Impossibilidade de ser reconhecida cessão regular de direitos em relação ao ajuste firmado entre a requerida e a Fifpro ou ao Sindicato - Direito pessoal - Irregularidade do uso da imagem na edição de 2011 que deve ser reconhecida

- Direito de indenização - Aplicação da Súmula 403 d STJ

- Valor indenizatório que comporta redução para R\$ 10.000,00 que se mostra adequado e razoável à espécie - Correção monetária a contar da fixação (sentença) e juros de mora a partir do evento danoso (Súmula 54 do STJ) - Recursos parcialmente providos.

Os embargos de declaração opostos por Electronic Arts Ltda foram acolhidos em parte para fins de prequestionamento e os aclaratórios de Omar Constante Reis Santos foram rejeitados.

Em suas razões de recurso especial, o recorrente alega violação dos arts. 5º, V e X, da Constituição Federal, 87 e 87-A da Lei 9.615/1998 (Lei Pelé), e 20, 186, 927 e 944 do Código Civil de 2002, bem como à Súmula 403/STJ. Sustenta, em síntese:

i) negativa de prestação jurisdicional;

ii) faz jus à indenização, pois a "*mera existência de vínculo empregatício entre o jogador e o clube não autoriza a agremiação a se valor de sua imagem para cedê-la a terceiros*" (fl. 2.479). Requer a condenação da ora recorrida nos jogos FIFA SOCCER 2012, 2013 e 2014 e FIFA MANAGER 2012, 2013 e 2014.

Contrarrazões apresentadas.

É o relatório. Decido.

Destaca-se que a decisão recorrida foi publicada depois da entrada em vigor da Lei 13.105 de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do novo Código de Processo Civil, conforme Enunciado Administrativo 3/2016 desta Corte.

Na origem, cuida-se de ação de indenização por uso indevido da imagem noticiando o autor que a requerida, ora recorrida teria utilizado, de forma indevida, sua imagem e características em jogos eletrônicos Fifa Soccer e Fifa Manager, causando-lhe danos que devem ser indenizados.

O Juízo de Primeiro Grau julgou parcialmente procedentes os pedidos, condenando a ré ao pagamento de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), a título de indenização pelo uso não autorizado da imagem do autor nos jogos indicados na inicial (fls. 1.763/1.766),

decisão reformada pelo TJSP para reduzir a condenação no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Na razões recursais, o insurgente alega que a mera existência de vínculo empregatício entre o jogador e o clube não autoriza a agremiação a se valor de sua imagem para cedê-la a terceiros. Assim, requer a condenação da ora recorrida nos jogos FIFA SOCCER 2012, 2013 e 2014 e FIFA MANAGER 2012, 2013 e 2014.

Preliminarmente, o apelo nobre não merece conhecimento no tocante à alegada ofensa ao art. 5º, da CF/88, pois se trata de matéria constitucional, cuja competência para análise é do Supremo Tribunal Federal, conforme preconiza o art. 102 da Carta Magna.

Em relação à violação da Súmula n. 403/STJ, não cabe ao STJ apreciar a violação a verbete sumular em recurso especial, visto que o enunciado não se insere no conceito de lei federal, previsto no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, consoante a Súmula 518 desta Corte: Para fins do art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, não é cabível recurso especial fundado em alegada violação de enunciado de súmula.

No que se refere à negativa de prestação jurisdicional, não observo omissão, contradição ou obscuridade no acórdão, senão julgamento contrário aos interesses do recorrente, o que não autoriza, por si só, o acolhimento de embargos de declaração e nem sua rejeição importa em violação à sua norma de regência.

Esclareça-se que não se exige do julgador a análise de todos os argumentos das partes, para fins de convencimento e julgamento. Para tanto, basta o pronunciamento fundamentado acerca dos fatos controvertidos, o que se observa no presente caso, em que os motivos da decisão encontram-se objetivamente fixados nas razões do acórdão recorrido. Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ART. 1.022 DO CPC. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE, ERRO MATERIAL. AUSÊNCIA.

1. Os embargos de declaração, conforme dispõe o art. 1.022 do CPC, destinam-se a suprir omissão, afastar obscuridade, eliminar contradição ou corrigir erro material existente no julgado, o que não ocorre na hipótese em apreço.

[...]

3. O julgador não está obrigado a responder a todas as questões suscitadas pelas partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para proferir a decisão. A prescrição trazida pelo art.

489 do CPC/2015 veio confirmar a jurisprudência já sedimentada pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça, sendo dever do julgador apenas enfrentar as questões capazes de infirmar a conclusão adotada na decisão recorrida.

4. Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl no AgRg nos EREsp 1.483.155/BA, Rel. Ministro OG FERNANDES, **CORTE ESPECIAL**, julgado em 15/06/2016, DJe 03/08/2016 - grifou-se).

Quanto ao reconhecimento da ofensa ao direito de imagem do ora recorrente, a Corte de origem consignou o seguinte (fls. 2.462/2.466):

No que tange ao pedido de indenização propriamente dito, tem-se que o contrato de fls. 647/653 firmado entre o Esporte Clube Bahia e a requerida confere autorização para que a requerida utilize a imagem do autor, incluindo nome, características, apelidos e outros elementos que possam identifica-lo como jogador daquela agremiação. O autor não nega que, nos molde da Lei Pelé, se encontra vinculado à agremiação em questão, como revela a narrativa inicial, devendo assim ser considerada regular a contratação acima referida firmada entre a ré e o Esporte Clube Bahia para a cessão da imagem do autor, o que inviabiliza seja considerado indevido referido uso.

Anota-se, contudo, que o contrato em questão foi firmado em 01 de agosto de 2013, abrangendo assim as edições dos jogos Fifa Soccer (2014) e Fifa Manager (2014) colocadas no mercado em data posterior e não às edições anteriores. Anota-se que o Clube recebeu pela cessão de direitos e assim não poderia a requerida ser compelida ao pagamento repetido de verba, pela mesma causa. A própria requerida afirma que a edição dos jogos é lançada no semestre que antecede aquele ano, permitindo concluir, destarte, que a autorização representada pelo contrato de fls. 647/653 somente abrangeu a edição de 2014 de cada qual dos jogos, que ocorreria no exercício subsequente. Para referida cessão, incluindo as edições de 2013 (data da contratação) até 2017 o Clube recebeu R\$ 36.000,00.

O autor, na condição de jogador contratado pelo Esporte Clube Bahia cedeu sua imagem ao Clube nos termos da Lei 9615/98, e este, por sua vez, cedeu à ré o direito de explorar a imagem do autor, enquanto jogador daquela agremiação, tornando, destarte, regular a conduta da ré naquelas circunstâncias. Caso tenha havido incorreção do Clube na cessão de direitos e pretenda o autor discutir esta matéria, terá que fazê-lo junto ao Esporte Clube Bahia e não à requerida.

Anota-se que o instrumento em questão também disciplinou o uso

da imagem do autor no que tange aos produtos relativos ao período de 2012 e 2013, para o qual o Clube recebeu o valor de R\$ 20.000,00. Possível concluir que se tratou de remuneração pelo uso pretérito da imagem do autor e como o Clube se encontrava autorizado a ceder ou negociar a imagem do autor, referido ajuste deve ser considerado válido também no que tange a referidas edições.

No que tange à edição de 201, contudo, a requerida não logrou êxito em demonstrar que teria obtido regular autorização para o uso da imagem do autor, na condição de jogador do Esporte Clube Bahia. Não há qualquer demonstração de que o autor tenha cedido à Fifpro o uso do direito de sua imagem, características ou

No que tange à edição de 201, contudo, a requerida não logrou êxito em demonstrar que teria obtido regular autorização para o uso da imagem do autor, na condição de jogador do Esporte Clube Bahia. Não há qualquer demonstração de que o autor tenha cedido à Fifpro o uso do direito de sua imagem, características ou quaisquer outros elementos, não sendo aceitável que a requerida pretenda que a autorização conferida pelo Sindicato torne regular o uso da imagem do autor no período. Cuida-se de um direito pessoal do autor e somente este poderia ceder a terceiros. Nem o autor e nem o Clube que poderia ceder direitos recebidos do postulante autorizaram o uso da imagem do autor no período (2011), permitindo concluir que houve uso indevido a ensejar a indenização nos moldes pretendidos pelo postulante.

Neste sentido, cabe ressaltar o teor da Súmula 403 do Superior Tribunal de Justiça: 'Independente de prova do prejuízo a indenização pela publicação não autorizada da imagem de pessoa com fins econômicos ou comerciais'.

[...]

Como se vê, o Tribunal de origem concluiu, com base nos fatos e nas provas presentes nos autos, que a ora recorrida utilizou indevidamente da imagem do insurgente em jogos eletrônicos, mesmo sem a sua expressa autorização nesse sentido, o que evidenciou o dano moral passível de reparação civil. Dessa forma, a revisão do acórdão recorrido esbarra no óbice da Súmula 7/STJ.

Relativamente ao *quantum* indenizatório, a jurisprudência desta Corte Superior tem firmado entendimento no sentido de que o valor estabelecido pelas instâncias ordinárias a título de dano moral somente deve ser revisto nas hipóteses em que a condenação se revelar irrisória ou excessiva, em desacordo com os princípios da

razoabilidade e da proporcionalidade.

Na presente hipótese, o acórdão recorrido reduziu o valor da indenização para R\$ 10.000,00 (dez mil reais), consignando o que se segue:

Desta forma, surge a necessidade de avaliação quanto ao valor de indenização fixado pela sentença apelada em R\$ 50.000,00, pretendendo o autor sua elevação, enquanto a requerida advoga sua redução por classificar aquele montante como exacerbado e desproporcional.

Conforme adrede reconhecido, houve autorização para que a requerida passasse a utilização a imagem do autor nos jogos Fifa a partir de agosto de 2013, bem assim que no período de 2012 e 2013 houve indenização no valor de R\$ 20.000,00, restando, portanto, o uso indevido da imagem do autor em relação à edição do jogo Fifa Manager 2011.

O valor da indenização deverá ser reduzido, destarte, para abranger apenas o período em que a infração ocorreu, devendo assim corresponder a R\$ 10.000,00 que se mostra razoável para a justa compensação pelos danos experimentados pelo autor, e proporcional à gravidade da conduta e do resultado lesivo.

Nota-se, portanto, que o Tribunal estadual decidiu mediante as peculiaridades do caso concreto, não se revelando irrisórios os valores fixados, que justificariam a sua revisão, incidindo a Súmula n. 7/STJ a obstaculizar o conhecimento do recurso.

Ante o exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial de OMAR CONSTANTE REIS SANTOS.

Publique-se.

Brasília-DF, 28 de novembro de 2019.

Ministro **RAUL ARAÚJO**
Relator